

Para compreendermos a natureza do ciclo econômico, precisamos, primeiro, retornar ao processo de equilíbrio macroeconômico. Para que isso ocorra, é necessário que a produção agregada,  $Y_p$ , por definição igual à renda agregada,  $Y_y = W + O + R + T$ , ou seja, a somatória de salários,  $W$ , ordenados,  $O$ , lucros,  $R$  (considerados depois de pagos os impostos) e impostos,  $T$ , seja igual à demanda agregada,  $Y_d = C + I + G$ , ou seja, a soma do consumo,  $C$ , dos investimentos,  $I$ , e da despesa do Estado,  $G$ .

Em equilíbrio, essa segunda igualdade sempre ocorre. Em termos de contabilidade nacional, também sempre ocorre. Mas em termos de planejamento das empresas e dos consumidores, em termos de intenções de compra, esse equilíbrio pode não ocorrer. Os capitalistas (e secundariamente os consumidores) podem estar eufóricos e querer investir (e consumir) mais do que podem. Nesse caso, logo chegaremos ao pleno emprego e, em seguida, teremos inflação de demanda, porque a demanda agregada será maior do que a oferta de bens. Em contrapartida, os capitalistas poderão estar pessimistas quanto às suas perspectivas de lucro. Nesse caso, investirão menos do que foi produzido, e o resultado será a crise, os bens sem compradores, o desemprego, as falências.

Os economistas clássicos, baseados em Jean Baptiste Say, diziam que a oferta cria sua própria procura, ou seja, que tudo o que é produzido se transforma em salário ou lucros, e toda essa renda é necessariamente transformada em compras de bens de consumo ou bens de capital. Marx sugeriu e Keynes e Kalecki mostraram com precisão que isso não é verdade. Que pode haver uma interrupção no fluxo do capital. Que os capitalistas podem entesourar seus lucros ao invés de investi-los, esperando dias melhores para realizar esse investimento. Daí decorrem as crises.

Outra forma de mostrar o equilíbrio e o desequilíbrio é através do conceito de poupança,  $S$ . A poupança é igual à renda menos o consumo e as despesas de consumo do Governo,  $G_c$ :

$$S = Y_d - C + G_c$$

Como a renda é igual ao consumo,  $C$ , mais as despesas de consumo do Governo,  $G_c$ , mais os investimentos,  $I$ , mais as despesas de investimento do Governo,  $G_i$ :

$$Y = C + G_c + I + G_i$$

temos que, em equilíbrio, o investimento seria sempre igual à poupança:

$$S = I + G_i$$

Os economistas clássicos e neoclássicos não só acreditavam que esse equilíbrio sempre tendia a acontecer, mas também acrescentavam que primeiro as famílias poupavam e depois investiam.

Keynes e Kalecki mostraram não apenas que o equilíbrio não era necessário, dado o caráter especulativo, trabalhando sempre com as incertezas dos capitalistas, mas também mostraram que, ao contrário do que pode parecer, primeiro se investe, e depois se poupa. A poupança é o resíduo, o resultado, não o investimento. E, similarmente, se, através de algumas simplificações (os capitalistas nada consomem e os trabalhadores nada poupam), fizermos o investimento igual aos lucros,  $R$ , na situação de equilíbrio

$$I = R$$

concluiremos, com Kalecki, que são os lucros que determinam o investimento e não o inverso.

A explicação é simples. A poupança ou os lucros só são um limite para os investimentos na situação de pleno emprego e plena capacidade. Mas essa é uma situação rara, excepcional. O sistema capitalista opera sempre com certa margem de desemprego e capacidade ociosa.

Nesse caso, quando os capitalistas estão otimistas quanto à suas taxas de lucro, eles investem. O investimento não apenas aumenta a produção, mas também provoca efeitos multiplicadores sobre a demanda agregada. O novo investimento implica procura de novos bens, que, para serem produzidos, implicam a procura de outros bens, que, para serem produzidos, implicam a procura de outros bens ainda, e assim por diante. A demanda agregada cresce, assim, com o novo investimento. O próprio consumo cresce, mas em uma porcentagem estável da renda (função consumo). Vamos dizer, 80% da renda. O resultado é que, se a renda antes do investimento adicional era de 80%, a poupança (20%, o complemento de 80%) era de 16. Realizado o investi-

mento, se a renda aumentou para 100, a poupança terá aumentado para 100, e, em termos contábeis, será igual aos investimentos (que subiram de 16 para 20) nesse novo nível de equilíbrio.

De acordo com esse modelo keynesiano e kaleckiano muito simplificado, a variável estratégica é o investimento, a acumulação de capital. Se aquele se interrompe, temos não apenas o estancamento do aumento da produção, mas a queda dessa produção e, em conseqüência, a queda da poupança.

O importante é saber por que mudam as perspectivas de lucro dos capitalistas, por que eles se tornam subitamente pessimistas e reduzem seus investimentos.

Tanto em 1962 quanto em 1974, ocorre a reversão do ciclo econômico porque a indústria de bens de consumo (particularmente a indústria de bens de consumo duráveis liderada pela indústria automobilística) sobreinvestiu em relação à capacidade de consumo das classes médias. De um modo geral, Marx e depois Keynes deixaram muito claro que o subconsumo (ou a sobreacumulação em relação ao poder aquisitivo dos assalariados) é a causa fundamental da mudança nas expectativas de lucro das empresas no auge do ciclo e, conseqüentemente, da redução de seus investimentos. A hipótese geral que sustenta essa teoria é a de que os investimentos são basicamente função dos lucros (e da taxa de lucro esperada) e o consumo é função do total de salários (e da taxa de salários). Na fase de expansão, tanto os salários quanto os lucros estão crescendo, mas estes crescem mais rapidamente. Em conseqüência, de um lado a produção de bens de capital tende a crescer mais depressa do que a produção de bens de consumo, provocando uma crise de desproporção no momento em que as empresas produtoras de bens de capital não encontram mais mercado para suas máquinas e equipamentos (é claro que a própria indústria de bens de capital pode se constituir em mercado para si própria, mas os limites desse processo são óbvios). De outro lado, a crise de subconsumo pode desencadear-se diretamente, à medida que o crescimento de salários e ordenados é mais lento do que os investimentos e, portanto, a capacidade produtiva da indústria de bens de consumo leva diretamente à elevação dos estoques, à reversão das expectativas de lucro, à redução nos investimentos e finalmente ao início da crise.

No Brasil, em 1962, a crise ocorreu por diversos motivos que se somaram: na expansão anterior, houve um crescimento excessivo da indústria de bens de consumo duráveis em relação à capacidade de compra das camadas médias tecnoburocráticas e burguesas, já que nesse período a renda concentrava-se apenas na cúpula capitalista; em conseqüência, as empresas, de repente, viram-se sem ter para quem vender. Em segundo lugar, esgotava-se o

modelo de substituição de importações, e os empresários não haviam encontrado um novo pacote de investimentos para realizar. Em terceiro lugar, havia uma crise política no país que deixava os capitalistas muito inseguros. Em quarto lugar, o Estado realizava investimentos excessivos durante o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, e estava financeiramente falido, sem condições de manter o ritmo de investimentos governamentais.

Em 1974, as causas em parte se repetem. Embora os ordenados dos tecnoburocratas estivessem crescendo, os lucros e os investimentos crescem mais rapidamente, provocando a superprodução. Os salários, ao contrário dos ordenados, não cresciam, mas haviam sido neutralizados por meio do mecanismo que já descrevemos, de forma que não devem ser importantes no processo de desencadeamento da crise.

O “milagre” de 1967-1973 foi um processo de sobreacumulação apoiado em endividamento externo. A crise do petróleo, com a multiplicação do seu preço, acelera o processo de endividamento externo do país e a taxa de inflação, ao mesmo tempo que leva o Estado a tomar uma série de medidas de caráter monetário principalmente para conter a demanda agregada. Essas medidas não chegam a provocar forte crise porque, diante das pressões capitalistas, são logo abandonadas, em uma típica política de *stop and go*, mas são obviamente também responsáveis pela desaceleração da economia. Esta só não ocorre tão drasticamente quanto em 1962 porque, em primeiro lugar, o Estado não estava falido e consegue compensar parcialmente com suas despesas a queda dos investimentos privados. Só a partir de 1977, mais ou menos, o Estado entra em déficit, considerado também o seu orçamento monetário. Em segundo lugar, porque a crise política em 1974 e 1977 foi uma crise muito menos grave do que a de 1962, à medida que os capitalistas não sentiam em jogo a sobrevivência do próprio regime capitalista.<sup>1</sup>

A crise só se tornará grave em 1981, mas apenas no plano econômico. Esse agravamento da crise em 1981 está diretamente relacionado com a política violentamente restritiva então posta em prática pelo Governo como fruto de uma imposição dos banqueiros internacionais, que ameaçavam decretar a insolvência do país devido ao alto nível do endividamento externo e aos desmandos de política econômica praticados em 1979 e 1980.

Nas duas crises, houve também um problema de ordem financeira, especialmente na de 1962. O sistema financeiro local não estava preparado para financiar a longo prazo a acumulação de capital. Em 1974, o sistema financeiro havia tido um grande desenvolvimento em relação ao de 1962, mas o financiamento a longo prazo da acumulação continuava fundamentalmente dependente do Estado. E, em ambos os casos, será a política recessiva do

Estado, visando restabelecer o equilíbrio perdido pela sobreacumulação e o endividamento externo, o fator a desencadear a crise.

Em ambos os ciclos, o mecanismo da desproporção entre o setor produtor de bens de capital e o de bens de consumo, que Marx analisou, não se constitui em mecanismo explicativo da crise. A crise de desproporção é um subtipo da crise de subconsumo que ocorre quando a indústria de bens de capital cresce mais rapidamente do que a indústria de bens de consumo, provocando, afinal, capacidade ociosa na primeira. Não foi isso, mas exatamente o contrário, o que ocorreu nos anos que antecederam 1962 e 1974. Foi a indústria de bens de consumo duráveis que vinha sobreinvestindo, enquanto a indústria de bens de capital também crescia, mas a taxas menores. A desproporção entre o crescimento da indústria de bens de consumo e a de bens de capital devido à sobreacumulação na primeira só pode ser causa de crise indiretamente, à medida que leva ao aumento das importações de bens de capital e ao desequilíbrio da balança comercial. Isso de fato ocorreu nos dois períodos, mas isso nada tem a ver com a clássica crise de desproporção.

Quadro XIV: Taxa de Lucro e Taxa de Investimento

Ano	Taxa de Lucro	Taxa de Investimento
1974	21,4	24,9
1975	18,2	26,8
1976	20,8	26,6
1977	18,0	24,9
1978	14,3	25,2
1979	10,7	24,7

Taxa de Lucro: Lucro líquido antes do Imposto de Renda dividido pelo Patrimônio Líquido.

Fonte: Bonelli e Guimarães (1981).

Taxa de Investimento: Formação Bruta de Capital Fixo dividida pelo Produto Nacional Bruto.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*, janeiro 1982.

Uma causa clássica das crises econômicas que não ocorreu no Brasil foi o estrangulamento dos lucros causado pela elevação dos salários no auge do ciclo econômico (1961 e 1973). Para que isso ocorresse, seria necessário sindicatos muito mais poderosos do que os de que dispomos. A taxa de lucro vem caindo no Brasil desde 1974, mas não devido à elevação dos salários e sim à queda dos investimentos. Por outro lado, a relação inversa também é verdadeira: caindo a taxa de lucro, cai a taxa de investimentos privados. Esse fenômeno pode ser observado no Quadro XIV. A taxa de acumulação de capital cai menos acentuadamente do que a taxa de lucros porque as empre-

sas estatais e as multinacionais continuam a investir apesar da desaceleração da economia, mantendo assim, em parte, a demanda agregada. A queda acentuada na taxa de lucro a partir de 1978 prenuncia a recessão de 1981.

Há ainda a explicação da reversão do ciclo baseada na elevação da composição orgânica do capital na fase ascendente do ciclo devido a investimentos altamente capital-intensivos, que elevam a relação capital-trabalho e diminuem a relação produto-capital, diminuindo, conseqüentemente, a taxa de lucro. Essa explicação, relacionada com a chamada “tendência declinante da taxa de lucro”, não é muito adequada para explicar os ciclos curtos (de dez anos) em que estamos caminhando. Não há dúvida, porém, de que esse mecanismo ajuda a explicar a crise de 1962, porque no período anterior houve não só um grande aumento na intensividade de capital (em relação ao número de trabalhadores), mas também um encarecimento dos bens de capital importados devido à retirada dos subsídios cambiais à sua importação existentes nos anos 50.

#### NOTA

<sup>1</sup> Sobre o “milagre”, ver especialmente Paul Singer (1973, 1976) e Bacha (1976).